

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS  
Desembargador Presidente do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.069.889.871,21</b>	<b>12.964.558,51</b>	<b>1.082.854.429,72</b>
Pessoal Ativo	854.300.982,95	12.640.200,58	866.941.183,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	215.588.888,26	324.357,93	215.913.246,19
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>193.306.289,64</b>	<b>12.226.615,16</b>	<b>205.532.904,80</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.459,96	0,00	13.459,96
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	10.781.621,49	12.226.615,16	23.008.236,65
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	182.511.208,19	0,00	182.511.208,19
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>876.583.581,57</b>	<b>737.943,35</b>	<b>877.321.524,92</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>642.507.278.000,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,136432%</b>	<b>0,000115%</b>	<b>0,136547%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;math&gt;\%&gt;</b>	<b>0,218952%</b>		<b>1.406.782.535,33</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;math&gt;\%&gt;</b>	<b>0,208004%</b>		<b>1.336.443.408,56</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;math&gt;\%&gt;</b>	<b>0,197057%</b>		<b>1.266.104.281,79</b>

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e CCIN/TRT 15ª Região

22/05/2015 15h 42min

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:
  - Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 18.231.862,52;
  - Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 8.384.218,66.
- Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 – TCU – Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 78.848,80 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

Gustavo Fachim  
Ordenador de Despesas com Pessoal

Paulo Eduardo de Almeida  
Diretor Geral

Marco Antonio Fernandes  
Responsável Controle Interno

Lorival Ferreira dos Santos  
Desembargador Presidente do Tribunal